

Participação popular: uma nova forma de fazer orçamento

GAZETA MERCANTIL

13 JUL 1988

Olívio Dutra

Pela primeira vez na história deste país algumas prefeituras colocaram em discussão pública seu orçamento para o próximo ano. Não é por acaso que essas administrações municipais estão situadas no campo da esquerda, com o PT e seus aliados. A luta popular na qual o PT foi forjado e que é, ao mesmo tempo, fortalecedora e orientadora do partido aponta sempre para formas de participação efetivas do povo nas várias instâncias de poder.



O orçamento para 1990 do município de Porto Alegre e das outras prefeituras petistas no País está encharcado dos anseios, reivindicações e soluções nascidas dessa discussão pública. Foram mais de cem reuniões preliminares e abertas com o movimento comunitário, seguidas em agosto e setembro por vinte e dois encontros específicos para o debate e deliberação sobre a receita, a despesa e os investimentos públicos para o ano que vem. A cidade foi dividida em cinco grandes regiões e quinze microrregiões e em cada uma delas a sociedade pode falar e ser ouvida. Definiram-se prioridades e sua hierarquia, por vezes diferenciada do que pensava o próprio governo municipal. A administração popular, como não poderia deixar de ser, curvou-se à vontade do povo organizado. Redimensionou seus objetivos e refez seu anteprojeto de orçamento posto em discussão.

Esse processo, que privilegiou o saneamento básico, pavimentação de vias, regularização de vilas, saúde e educação, teve prevalência sobre os objetivos definidos pelo governo da frente popular — saúde e saneamento, transporte e viação, educação, habitação e meio ambiente. O orçamento consolidado de Porto Alegre para 1990 prevê receita e despesa em NCz\$ 6,3 bilhões. A administração centralizada + sem contar autarquias e fundações — está com uma

receita prevista em NCz\$ 4,3 bilhões, mas terá uma despesa de NCz\$ 4,8 bilhões que provocará um déficit de 11,9%.

Assim definida, essa diferença é perfeitamente administrável, mas durante o processo de reuniões chegamos a ter um déficit de 66% num hipotético projeto que atendessem a todas as principais demandas da sociedade carenciada e espremiada pela crise de agora e de todos estes últimos anos. Não é possível mudar tudo de uma só tacada, mas é possível investir em criatividade e avançar, como fizemos. A discussão pública do orçamento arma o movimento popular com dados, elementos e uma visão que os trabalhadores nunca tiveram e possibilita o acompanhamento transparente das contas públicas e sua fiscalização mais eficaz.

É importante ressaltar principalmente neste momento em que o projeto definitivo do governo sobre o orçamento está na Câmara Municipal, que este processo todo se iniciou no próprio Legislativo. A Câmara foi o primeiro local visitado pelo prefeito ao dar início às discussões orçamentárias. O processo também termina na Câmara que transformará a matéria em lei.

A comunidade informada deve também facilitar e valorizar o trabalho dos vereadores propondo alterações e defendendo suas posições próprias já definidas junto aos legisladores. A Câmara terá neste ano melhores condições de aperfeiçoar o projeto do que nunca teve.

Terá a Câmara também maiores responsabilidades por tudo isso. Ao mesmo tempo que ouviu e atendeu à comunidade organizada, a frente popular no governo tomou iniciativas no sentido de mudar o perfil da receita do município. Não queremos de forma alguma continuar a velha prática dos governos conservadores de realizar orçamentos fictícios, que nunca eram cumpridos.

Sem dinheiro não existem projetos realizáveis, nem prioridades que resistam. Uma nova estrutura tributária se impõe neste momento em que a receita municipal sofre um processo de deterioração grave.

Os impostos vão aumentar para que o município possa cumprir o seu papel. Mas esse aumento deverá ser proporcional: quem tem mais paga mais. Não se pode tirar de quem não tem mais nada a sacrificar. Contudo, se a cada demanda corresponde um custo, esse custo precisa ser pago. As demandas em Porto Alegre são enormes e de toda a espécie. A população de baixa renda não pode ficar sem as obras básicas e elementares que lhes foram negadas até agora. E quem deve pagar por elas são os setores privilegiados da sociedade, os ricos e muitos ricos que, sempre beneficiados pelos governos que elegiam, têm de tu-

do o que se possa imaginar nos seus locais de moradia, enquanto grande parte da população nada tem.

Temos hoje na capital gaúcha cerca de 200 mil pessoas sem condições dignas de habitação. São 232 vilas populares que precisam ser resgatadas para o conjunto da cidade e isso só será possível com alíquotas progressivas nos impostos municipais e com uma taxa expressiva às camadas superiores da sociedade. Isto não é a demagogia, nem o populismo que permealaram os governos anteriores. É justiça social. É feita com a participação popular.

Olívio Dutra é prefeito de Porto Alegre.